

Continue



Multa excesso de velocidade pontos

Apesar de o condutor ter o dever geral de adaptar a velocidade às condições do caso em concreto, existem limites de velocidade tabelados de acordo com a zona de condução. Quando estes limites são desrespeitados, o condutor comete uma contraordenação, que dará lugar a consequências determinadas de acordo com a gravidade dessa infração.Descubra neste artigo quais os limites de velocidade de acordo com o tipo de veículo, as consequências do excesso de velocidade (que poderão não ser apenas uma coima) e como reagir às multas por excesso de velocidade.Os limites de velocidade são determinados de acordo com o tipo de veículo e a zona de condução. No caso dos veículos mais comuns, os automóveis ligeiros de passageiros sem reboque e os motociclos de cilindrada superior a 50 cm³ e sem carro lateral, os limites de velocidade são os seguintes:ZonaLimite de velocidadeZonas de coexistência nas localidadesOutras zonas nas localidades20 kms/hora50 kms/horaAutoestradas120 kms/horaVias reservadas a automóveis e motociclos100 kms/horaRestantes vias públicas90 kms/horaPode consultar os limites de velocidade respeitantes aos restantes veículos no artigo 27.º do Código da Estrada.Quando os limites de velocidade são excedidos, essa contraordenação pode ser classificada como leve, grave ou muito grave, e as consequências variam de acordo com essa classificação:Deve ainda ter-se em conta que a contraordenação pode dar lugar à perda de pontos na carta de condução, de acordo com o sistema da carta por pontos.Tal como acontece com os limites de velocidade, o montante da coima / multa por excesso de velocidade depende do tipo de veículo e da zona de condução. Dependê, ainda, do quanto excedeu o limite da velocidade permitido, como veremos de seguida.O valor da coima por excesso de velocidade num veículo automóvel ligeiro ou num motociclo é diferente se praticado dentro ou fora das localidades:1. Dentro das localidadesMulta por excesso de velocidadeCoimaAté 20 km/h60€ a 300€Entre 20 e 40 km/h120€ a 600€Entre 40 e 60 km/h300€ a 1500€Mais de 60 km/h500€ a 2500€2. Fora das localidadesMulta por excesso de velocidadeCoimaAté 30 km/h60€ a 300€Entre 30 e 60 km/h120€ a 600€Entre 60 e 80 km/h300€ a 1500€Mais de 80 km/h500€ a 2500€O valor da coima por excesso de velocidade em veículos que não automóveis ligeiro ou motociclos é diferente também difere se for praticado dentro ou fora das localidades:1. Dentro das localidadesMulta por excesso de velocidadeCoimaAté 10 km/h60€ a 300€Entre 10 e 20 km/h120€ a 600€Entre 20 e 40 km/h300€ a 1500€Mais de 40 km/h500€ a 2500€2. Fora das localidadesMulta por excesso de velocidadeCoimaAté 20 km/h60€ a 300€Entre 20 e 40 km/h120€ a 600€Entre 40 e 60 km/h300€ a 1500€Mais de 60 km/h500€ a 2500€Como se disse acima, apenas em caso de contraordenação grave ou muito grave, além da coima, será aplicada uma sanção acessória: a proibição de conduzir durante determinado período. Assim:No caso de contraordenação grave, a duração da inibição de conduzir varia entre 1 mês e 1 ano;No caso de contraordenação muito grave, a duração da inibição de conduzir varia entre 2 meses e 2 anos.A classificação da contraordenação de excesso de velocidade como leve, grave ou muito grave depende do quanto se excedeu o limite de velocidade permitida e do veículo em questão. Assim, no caso dos automóveis ligeiros e motociclos:Contraordenação leve - quando se exceda o limite de velocidade até 30 kms/hora fora das localidades ou até 20 kms/hora dentro das localidades;Contraordenação grave - quando se exceda o limite de velocidade em mais de 30 km/hora fora das localidades ou de 20 kms/hora dentro das localidades;Contraordenação muito grave - quando se exceda o limite de velocidade em mais de 60 kms/hora fora das localidades ou de 40 kms/hora dentro das localidades.Sim, caso o infrator tenha pago a coima e não tenha sido condenado, nos últimos 5 anos, pela prática de crime rodoviário ou de qualquer contraordenação grave ou muito grave, a inibição de conduzir pode ser suspensa pelo período determinado entre 6 meses e 1 ano. Ou seja, durante esse período, o infrator poderá continuar a conduzir, ainda que não possa voltar a infringir, especialmente durante esse período.Se a contraordenação por excesso de velocidade for classificada como leve, o condutor não perderá pontos na carta de condução (sistema da carta por pontos). O mesmo já não acontece, no entanto, em relação as restantes:A contraordenação grave dá lugar à perda de 2 pontos;A contraordenação muito grave dá lugar à perda de 4 pontos.O agente da autoridade pode cobrar a coima no local da infração, informando o infrator das duas possibilidades de pagamento:A título de depósito (caução) – para apresentar defesa;A título de pagamento voluntário – o que determina o arquivamento do processo, exceto se:for aplicável sanção acessória (inibição de conduzir) e então o processo só termina quando terminar essa proibição; oufor, entretanto, apresentada defesa.Sim, mas apenas no caso de a coima aplicável ter um valor mínimo superior a € 200,00. Nesse caso, o infrator terá de requerer à autoridade administrativa o pagamento em prestações mensais, que não poderão ter um montante inferior a € 50,00 cada uma, nem exceder a duração de 12 meses.É possível recorrer da aplicação das sanções (coima e/ou inibição de conduzir), desde que o condutor possua fundamento e provas da sua inocência. Para tal, terá de enviar uma carta de defesa, registada com aviso de receção, à Associação Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), cuja morada consta do auto, nos 15 dias úteis seguintes à notificação da coima.Nessa carta, devem ser referidos factos e anomalias detetadas no processo, bem como todas as provas que sustentem a defesa, incluindo testemunhas que possam atestar a veracidade daquela versão dos acontecimentos, identificando-as. Caso lhe seja dada razão, o valor da coima ser-lhe-á reembolsado.Em primeiro lugar, deverá ler a notificação da coima com atenção e verificar se dela constam todos os elementos relativos à infração: local, data e hora, a forma de captação (radar fixo ou móvel), a velocidade registada e regulada (já com margem de erro) e o valor da multa atribuído.Se verificar alguma omissão, deve requerer as informações em falta, que devem constar no auto de notícia - o auto de notícia poderá ser impugnado caso exista alguma desconformidade. Pode ainda, no mesmo ato, solicitar as imagens referentes à infração, os dados do radar responsável, nomeadamente certificação e data da última verificação - todos os radares são legalmente sujeitos a uma verificação anual pela entidade competente e, por isso, caso a data de verificação tenha expirado, o radar está ilegal e todas as provas reunidas pelo mesmo não são válidas.Assim que obtiver a resposta a este pedido de informações, leia-a com a mesma atenção, verificando se existem autos com falta de informação, imagens escuras ou pouco perceptíveis, fotografias em que são captados mais do que um veículo em simultâneo ou erros na data e hora (havendo prova que o veículo se encontrava noutra localização naquela data e àquela hora) - todos estes motivos são fundamento para a sua defesa.Sim. Embora a apresentação de defesa suspenda o processo (a contagem do prazo é interrompida), o processo deixa de existir caso não exista decisão no prazo de 2 anos após a prática da infração.Sim. A coima aplicada por excesso de velocidade (bem como as outras) e a sanção acessória de inibição de conduzir prescrevem após 2 anos da sua aplicação. - artigo redigido por uma jurista com base no Código da Estrada (Decreto-Lei n.º 114/94)FacebookXPinterestWhatsApp Dirigir acima do limite de velocidade estabelecido para uma via é uma infração de trânsito que pode acarretar multas, pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e, em casos mais graves, a suspensão do direito de dirigir. Neste artigo, explicaremos as diferentes categorias de infração por excesso de velocidade, os valores das multas, os pontos atribuídos na CNH e as possíveis consequências para o condutor. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em seu artigo 218, classifica o excesso de velocidade em três categorias, de acordo com o percentual excedido em relação ao limite da via: Classificação: Infração média Multa: R\$ 130,16 Pontos na CNH: 4 pontos Exemplo: Se o limite da via é 100 km/h, velocidades até 120 km/h se enquadram nesta categoria. Classificação: Infração grave Multa: R\$ 195,23 Pontos na CNH: 5 pontos Exemplo: Em uma via com limite de 100 km/h, velocidades entre 121 km/h e 150 km/h se enquadram nesta categoria. Classificação: Infração gravíssima Multa: R\$ 880,41 (valor multiplicado por 3) Pontos na CNH: 7 pontos Penalidade adicional: Suspensão do direito de dirigir por 2 a 8 meses; em caso de reincidência no período de 12 meses, a suspensão varia de 9 a 18 meses Exemplo: Se o limite da via é 100 km/h, velocidades acima de 150 km/h se enquadram nesta categoria. Os radares de velocidade possuem uma margem de erro estabelecida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Essa tolerância é subtraída da velocidade medida para determinar a velocidade considerada: Para velocidades até 100 km/h: Margem de erro de 7 km/h Para velocidades acima de 100 km/h: Margem de erro de 7% sobre a velocidade medida Por exemplo, se um veículo for flagrado a 108 km/h em uma via com limite de 100 km/h, a velocidade considerada será 101 km/h (aplicando a margem de 7 km/h), caracterizando um excesso de 1% e enquadrando-se na infração média. Para infrações de natureza leve ou média, como o excesso de velocidade de até 20% acima do limite, é possível solicitar a conversão da multa em advertência por escrito, desde que o condutor não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos 12 meses. Essa medida educativa visa orientar o motorista sem aplicar penalidades financeiras ou pontos na CNH. Se você foi autuado por excesso de velocidade e acredita que a infração foi aplicada indevidamente, é seu direito apresentar defesa. O processo de recurso é dividido em três etapas: Defesa Prévia: Apresentada após o recebimento da notificação de autuação, contestando possíveis erros formais no auto de infração. Recurso em Primeira Instância: Caso a defesa prévia seja indeferida, é possível recorrer à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), apresentando argumentos e provas que contestem a infração. Recurso em Segunda Instância: Se o recurso na JARI também for negado, é possível recorrer ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN). É fundamental respeitar os prazos estabelecidos em cada etapa e reunir todas as evidências possíveis, como fotos, testemunhas ou documentos que comprovem a inconsistência da autuação. Respeitar os limites de velocidade é essencial para garantir a segurança no trânsito e evitar penalidades que podem impactar financeiramente e na manutenção da CNH. Em caso de autuação, conhecer seus direitos e os procedimentos para defesa é fundamental para assegurar a justiça no processo. As multas por excesso de velocidade são a forma encontrada pelo legislador, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), de penalizar os condutores que infringem os limites de velocidade definidos por lei. Estes limites de velocidade variam consoante o tipo de veículo e de via e estão estabelecidos no Código da Estrada. As multas por excesso de velocidade existem por diversas razões: O excesso de velocidade é a primeira causa dos acidentes;Existem limites de velocidade nas vias de trânsito;Quanto mais controlado for a velocidade dos veículos, maior é a segurança da estrada e a fluidez do trânsito. Assim, é importante controlar este tipo de situações. Conheça os valores das coimas e outras possíveis consequências. Caso tenha sido multado por excesso de velocidade, é sempre necessário entender a gravidade da sua situação para saber quais as consequências desse ato. Já foi estabelecido que as multas por excesso de velocidade têm consequências. As coimas e sanções foram as formas encontradas pelo legislador de modo a intervir quando exista um claro infringir dos limites de velocidade. Ora, quanto maior for a infração, maiores serão as penalizações. Estas podem vir em forma de coimas ou sanções. As coimas foram definidas pelo legislador e dizem respeito à quantia monetária a pagar pelo infringir dos limites de velocidade. As quantias a pagar por multas por excesso de velocidade podem ir dos 60€ aos 2.500€ e estão divididas da seguinte forma: Excesso de velocidadeValores da coimaaté 20 km/h60€ a 300€de 20 a 40 km/h120€ a 600€de 40 a 60 km/h300€ a 1.500€superior a 60 km/h500€ a 2.500€ Excesso de velocidadeValores da coimaaté 30 km/h60€ a 300€de 30 a 60 km/h120€ a 600€de 60 a 80 km/h300€ a 1.500€superior a 80 km/h500€ a 2.500€ Excesso de velocidadeValores da coimaaté 10 km/h60€ a 300€de 10 a 20 km/h120€ a 600€de 20 a 40 km/h300€ a 1.500€superior a 40 km/h500€ a 2.500€ Excesso de velocidadeValores da coimaaté 20 km/h60€ a 300€de 20 a 40 km/h120€ a 600€de 40 a 60 km/h300€ a 1.500€superior a 60 km/h500€ a 2.500€ O pagamento de uma coima pode ser realizado de duas formas: a título de depósito (caução) ou a título de pagamento voluntário. Para além das coimas, as multas por excesso de velocidade podem implicar sanções, que se podem traduzir na perda de pontos na carta de condução ou mesmo a inibição de conduzir. Estas estão ligadas diretamente aos tipos de contraordenações que estão associados aos diferentes limites de velocidade estabelecidos. Os artigos 145º e 146º do Código da Estrada descrevem o que são consideradas contraordenações graves e muito graves, respetivamente. Uma multa por excesso de velocidade por resultar na perda de pontos da carta de condução. Os pontos perdidos dependem do tipo de contraordenação. Assim, o condutor multado perde 2 pontos no caso de contraordenações graves e 4 em situações consideradas contraordenações muito graves. A sanção de inibição de conduzir, quando aplicada, tem a duração mínima de um mês e máxima de um ano, no caso de contraordenações graves. Se estiver em causa uma contraordenação muito grave, a duração mínima é de dois meses e a máxima é de dois anos. Estas regras, previstas no artigo 147º do Código da Estrada, referem-se a todos os veículos a motor. Se foi multado, saiba que é possível recorrer das multas por excesso de velocidade. Para tal, deverá escrever uma carta de defesa ao legislador, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), nos 15 dias úteis seguintes à notificação da infração. No entanto, deve saber que não basta recorrer ou alegar; é necessário provar a sua inocência para ser isentado do pagamento. No caso de não conseguir um parecer favorável, e se o valor da multa exceder os 200€, poderá requerer o pagamento faseado. Mais ainda, as multas por excesso de velocidade, se não forem executadas, prescrevem passados dois anos a contar da data da contraordenação, conforme o disposto no artigo 188.º do Código da Estrada. O nosso maior conselho é que seja responsável. A prática de uma condução segura é meio caminho andado para não ter multas por excesso de velocidade. Por isso, circule com cuidado e sempre atento aos outros utentes da estrada. Você sabe quais são as consequências do excesso de velocidade? Multas, pontos na CNH e até suspensão podem ser aplicadas. Descubra tudo o que precisa saber e se há possibilidade de recorrer para cancelar a penalidade! Excesso de velocidade: valor da multa, pontos e como recorrer O excesso de velocidade é uma das infrações de trânsito mais comuns no Brasil. Além de representar riscos à segurança, essa infração pode gerar multas elevadas, pontos na carteira e até suspensão do direito de dirigir. Para evitar prejuízos e tomar as melhores decisões, é essencial entender as regras e as consequências previstas na legislação. Este artigo reúne as principais dúvidas sobre multas por excesso de velocidade, explicando de forma clara as penalidades, os valores das multas e os procedimentos para recorrer. Leia com atenção até o final, pois muitas pessoas desconhecem seus direitos e as formas de evitar penalidades indevidas. Sabemos que questões jurídicas podem gerar dúvidas, e entender seus direitos é essencial para tomar decisões informadas. Em caso de dúvidas sobre o assunto, entre em contato: clique aqui! O que é excesso de velocidade? O excesso de velocidade acontece quando um motorista dirige acima do limite permitido na via, desrespeitando as regras de trânsito e segurança. No Brasil, os limites de velocidade são regulamentados pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base em estudos técnicos que avaliam segurança, fluxo de veículos e condições da pista. O artigo 218 do CTB classifica o excesso de velocidade em três níveis, considerando o percentual excedido em relação ao limite permitido na via. Essa classificação define a gravidade da infração e as penalidades aplicáveis. Respeitar os limites de velocidade não é apenas uma questão de evitar multas, mas também uma forma de prevenir acidentes e proteger vidas. Muitos motoristas acabam sendo autuados sem perceber que estavam acima do permitido, principalmente em locais com mudanças bruscas de sinalização ou onde radares são posicionados em pontos estratégicos para fiscalização. Qual é a penalidade por excesso de velocidade? A penalidade por excesso de velocidade depende do percentual excedido em relação ao limite permitido. O artigo 218 do CTB prevê três tipos de infração: Quando a velocidade for até 20% superior ao limite permitido, a infração é considerada MÉDIA. Nesse caso, a multa tem o valor de R\$ 130,16 e 4 pontos na CNH. Quando a velocidade for entre 20% e 50% acima do limite permitido, a infração é GRAVE. A penalidade é uma multa de R\$ 195,23 e 5 pontos na CNH. Quando a velocidade for superior a 50% do limite permitido, a infração é GRAVÍSSIMA. Nesse caso, o motorista recebe 7 pontos na CNH, multa de R\$ 880,41 (valor multiplicado por três) e suspensão do direito de dirigir de 2 a 8 meses. Além disso, é obrigatório realizar o curso de reciclagem. As penalidades são automáticas e registradas no sistema de trânsito, o que pode resultar em problemas para motoristas que dependem do veículo para trabalhar. Em alguns casos, recorrer da multa pode ser a única alternativa para evitar prejuízos ainda maiores. Qual o valor da multa por excesso de velocidade? O valor da multa por excesso de velocidade varia conforme o nível da infração: Excesso de até 20% do limite - R\$ 130,16. Excesso entre 20% e 50% do limite - R\$ 195,23. Excesso superior a 50% do limite - R\$ 880,41 (valor multiplicado por três). No caso da infração gravíssima, além do valor da multa, há a penalidade de suspensão da CNH e a necessidade de realizar um curso de reciclagem obrigatório. Se não for paga dentro do prazo estabelecido, a multa pode sofrer acréscimos e resultar em restrições no documento do veículo, impedindo o licenciamento. Portanto, mesmo que o motorista pretenda recorrer, é essencial ficar atento aos prazos e seguir corretamente os procedimentos administrativos. Quantos pontos na carteira por excesso de velocidade? O número de pontos atribuídos à CNH depende do percentual excedido: 4 pontos para excesso de até 20% do limite. 5 pontos para excesso entre 20% e 50% do limite. 7 pontos para excesso acima de 50% do limite. A pontuação da CNH é acumulativa, e desde a Lei 14.071/2020, os limites de pontos passaram a ser os seguintes: 20 pontos para quem tiver duas ou mais infrações gravíssimas no período de 12 meses. 30 pontos para quem tiver apenas uma infração gravíssima no período de 12 meses. 40 pontos para quem não tiver nenhuma infração gravíssima no período de 12 meses. Caso o limite seja atingido, o motorista pode ter a CNH suspensa e ser obrigado a passar por um processo de reabilitação. Quantos km posso passar acima do limite? Não há uma margem legal que permita ao motorista exceder o limite de velocidade sem ser multado. No entanto, há uma tolerância técnica nos radares, que considera possíveis variações nos equipamentos de medição. O Contran estabelece que radares devem aplicar uma margem de erro de 7 km/h para velocidades até 100 km/h. Para velocidades superiores, a tolerância é de 7%. Se um radar estiver configurado para um limite de 80 km/h, por exemplo, ele só registrará infração a partir de 88 km/h. Como calcular 20% da velocidade permitida? Para calcular 20% da velocidade permitida, basta multiplicar o limite por 0,20. Veja exemplos: Se o limite for 60 km/h, 20% equivale a 12 km/h (60 x 0,20). Se o limite for 80 km/h, 20% equivale a 16 km/h (80 x 0,20). Se o limite for 100 km/h, 20% equivale a 20 km/h (100 x 0,20). A infração de até 20% do limite é média e resulta em 4 pontos na CNH e multa de R\$ 130,16. O que acontece se passar acima de 50% no radar? Quando a velocidade registrada pelo radar for mais de 50% acima do limite permitido, a infração é gravíssima. Nesse caso, as consequências são severas: Multa de R\$ 880,41, 7 pontos na CNH. Suspensão da CNH por até 8 meses. Obrigatoriedade de curso de reciclagem. Essa penalidade é uma das mais rigorosas do Código de Trânsito Brasileiro, pois considera que dirigir em uma velocidade muito superior ao permitido coloca em risco a segurança do condutor e de terceiros. Além da multa e da suspensão da CNH, o histórico do motorista pode ser comprometido, dificultando, por exemplo, a contratação de seguros ou a renovação da habilitação sem restrições. Caso tenha sido autuado, é fundamental verificar se há possibilidade de recorrer e evitar a penalidade. Tem como recorrer de multa por excesso de velocidade? Sim, toda multa pode ser contestada, e há três etapas no processo de recurso: Defesa prévia - O motorista pode contestar a autuação antes da aplicação da penalidade, alegando erros no auto de infração. Recurso na JARI - Se a defesa prévia for negada, o recurso pode ser encaminhado à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI). Recurso no CETRAN - Caso o recurso na JARI seja indeferido, ainda é possível recorrer ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN). Recorrer de uma multa de excesso de velocidade é um direito de todo motorista, e muitas autuações são anuladas devido a falhas nos radares, erros administrativos ou notificações enviadas fora do prazo. Entretanto, o recurso precisa ser bem fundamentado e seguir os prazos estabelecidos. Ignorar essa oportunidade pode resultar em multas indevidas e penalidades que poderiam ser evitadas. Como não pagar multa por excesso de velocidade? A única forma de não pagar a multa é ter o recurso deferido. Para isso, é necessário apresentar argumentos técnicos sólidos, como: Erros na notificação (dados incorretos, prazos vencidos). Falhas no radar (falta de aferição pelo Inmetro). Ausência de sinalização adequada. A maioria dos motoristas acredita que não há como evitar o pagamento da multa, mas muitas infrações podem ser anuladas com um recurso bem elaborado. Se você recebeu uma autuação, não deixe para a última hora. Analisar o auto de infração, verificar se há erros e apresentar a defesa dentro do prazo pode ser a diferença entre pagar ou não pagar a multa. O tempo para agir é curto, então tomar uma decisão rápida aumenta as chances de sucesso no recurso. Como posso anular uma multa de velocidade? A multa pode ser anulada se houver falhas na autuação. Um recurso bem fundamentado pode garantir o cancelamento da penalidade, evitando prejuízos financeiros e pontos na CNH. Caso tenha recebido uma multa, o ideal é agir rápido. Muitos motoristas perdem prazos e acabam pagando valores que poderiam ser evitados. Se precisar de assistência profissional para recorrer, não deixe para depois. O tempo para contestação é curto, e quanto antes agir, maiores são as chances de sucesso. Um recado final para você! Em caso de dúvidas, procure assistência jurídica especializada. Sabemos que o tema “excesso de velocidade” pode levantar muitas dúvidas e que cada situação é única, demandando uma análise específica de acordo com as circunstâncias de cada caso. Se você tiver alguma questão ou quiser saber mais sobre o assunto, recomendamos a consulta com um advogado especialista. O suporte jurídico adequado é fundamental para que decisões sejam tomadas de forma consciente e segura. Artigo de caráter meramente informativo elaborado por profissionais do escritório Valença, Lopes e Vasconcelos Advocacia Direito Civil | Direito de Família | Direito Criminal | Direito Previdenciário | Direito Trabalhista | Direito Bancário